

Nuno Ornelas Martins

Professor auxiliar

Faculdade de Economia

e Gestão da Universidade

Católica Portuguesa

“Os critérios de bem-estar deveriam ser revistos”

Como comenta a hipótese que defende que o consumo associado ao estatuto é uma rasteira do crescimento económico? A hipótese foi desenvolvida por autores como Thorstein Veblen e John Kenneth Galbraith. Galbraith argumentou que este consumo ostentatório tornou-se mesmo fundamental para assegurar o nível de produção e de emprego actual, pois sem este incentivo ao consumo não haveria procura para escoar toda a produção. Claro que isso gera uma tendência para um aumento da produção de bens privados face a bens públicos e do investimento em capital físico face ao investimento em capital humano e social.

Existe uma tendência de estagnação da felicidade? Não há uma relação simples entre riqueza e bem-estar, como tem sido referido por diversos economistas desde Alfred Marshall e Arthur Pigou a Amartya Sen. Depende da realização de uma série de capacidades humanas, sendo a riqueza um meio importante para atingir o bem-estar, mas não o único. Deve ser visto numa perspectiva multidimensional, e existe a tendência para nos centramos numa dimensão apenas, vendo a felicidade como uma variável a maximizar e não como o resultado de uma harmonia entre várias capacidades humanas.

Os critérios para medir o bem-estar deviam ser revistos? Precariam certamente de ser revistos. O Índice de Desenvolvimento Humano, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, foi um passo nesse sentido. Esse trabalho foi inspirado por Mahbub Ul Haq e Amartya Sen, sendo que este último esteve recentemente a trabalhar com Joseph Stiglitz e JP Fitoussi no sentido de obter uma medida que vá além das baseadas ou na riqueza ou no PIB. Tanto o stock de riqueza como o rendimento são meios para o bem-estar humano, que, sendo multidimensional, tem de ser medido em várias dimensões além destas. Além disso, riqueza e rendimento são importantes quando estão em falta (por exemplo em casos de pobreza) e tornam-se menos importantes à medida que aumentam.

Estudo. Dinheiro não compra felicidade

Economistas do Canadá sustentam que os níveis de felicidade estagnaram nos países mais ricos. Riqueza destrói capital social

MARTA F. REIS
marta.reis@ionline.pt

Economistas das Universidades de Calgary e Colúmbia Britânica, no Canadá, acreditam estar mais perto de perceber o paradoxo da felicidade nas sociedades modernas: mais riqueza não parece tornar as pessoas mais felizes. Num trabalho publicado no “Economic Journal”, Curtis Eaton e Mukesh Eswaran demonstram que, à medida que a produtividade aumenta, o consumo exibicionista tende a dominar a economia, dissipando a riqueza adicional na produção de bens como jóias, obras de arte ou automóveis de luxo, em prejuízo dos bens públicos, comunitários e do capital social.

“Estes bens representam um jogo de soma zero para a sociedade: satisfazem os proprietários, fazendo-os parecer mais ricos, mas o resto das pessoas fica num estado pior”, explicam os investigadores ao diário inglês “The Guardian”. O trabalho partiu de uma análise matemática e foi desenvolvido desde 2005 com um objectivo definido: procurar uma resposta para o paradoxo da felicidade a partir do fenómeno do consumo ostentatório, definido por Thorstein Veblen, em 1899. “Quem tem uma riqueza acima da média conso-

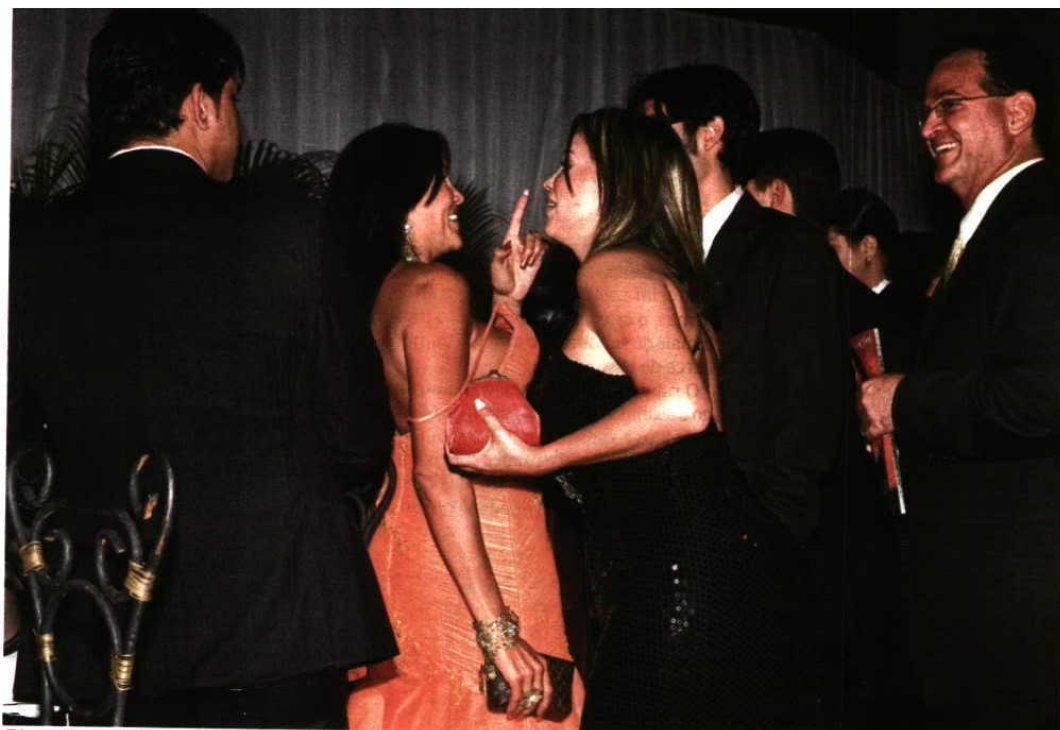
me os bens de Veblen [os produtos sem valor intrínseco que caracterizam o consumo ostentatório], com um impacto positivo na sua felicidade. Mas a felicidade de quem está abaixo da média tem um impacto negativo”, dizem os investigadores, que acreditam que à medida que a produtividade aumenta as sociedades são conduzidas a uma armadilha. “Os bens de Veblen expulsam todos os bens e actividades que promovem o bem-estar, incluindo bens públicos, lazer privado e comunitário e, de uma forma perversa, o bem-estar e a produtividade estão inversamente relacionados”, escrevem. Sustentam ainda que os seus resultados podem explicar a estagnação dos níveis de felicidade e sentido de comunidade nos países mais desenvolvidos. Ana Cordeiro Santos, investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, lembra que é precisa alguma cautela: “Os estudos da felicidade

são uma área recente e normalmente partem de avaliações subjectivas. Sabemos contudo que, à medida que o nível médio de riqueza aumenta, a desigualdade social pode também aumentar”, afirma.

Nuno Ornelas Martins, professor da Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa, salienta que a ideia de o consumo associado ao estatuto ser uma rasteira do crescimento económico não é nova. Perante um excesso de produção, “a existência de desigualdades na distribuição do rendimento levaria à falta de procura”, explica. A falta de procura motivaria então o consumo ostentatório e este, por seu lado, levaria ao aumento da produção de bens privados e à aposta no capital físico.

Numa altura em que se pensa rever os cânones do bem-estar, o famoso psicólogo clínico britânico Oliver James acredita que as sociedades modernas estão a viver uma epidemia de affluenza, a doença da riqueza. O psicólogo Nuno Ferrão vê o problema da felicidade com raízes mais profundas do que a carteira: “Uma pessoa pode ter o Rolls-Royce estacionado na garagem e não se sentir feliz. Há pessoas que estão bem com isso, e outras que pensam: a riqueza veio em detrimento de quê?”

Uma pessoa pode ter um Rolls-Royce e não se sentir bem. É uma affluenza, a doença da riqueza



Riqueza adicional é gasta na felicidade de alguns, em prejuízo do bem-estar geral